

Matrinchã
Transmissora de
Energia (TP Norte)
S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 9 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

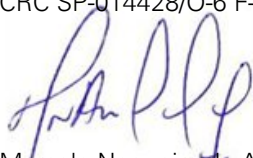
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	116.256	118.196
Contas a receber	10	16.109	17.999
Impostos a recuperar		5.534	1.317
Outros ativos		<u>6.277</u>	<u>5.222</u>
Total do ativo circulante		<u>144.176</u>	<u>142.734</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	11	47.123	48.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	60.807	60.756
Imobilizado	13	2.042.190	2.069.214
Intangível	14	<u>36.397</u>	<u>36.397</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.186.517</u>	<u>2.215.122</u>
Total do ativo		<u>2.330.693</u>	<u>2.357.856</u>
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	15	10.180	12.441
Empréstimos e financiamentos	16	48.686	52.625
Salários e encargos		345	396
Impostos e contribuições sociais		4.988	5.942
Dividendos	19.c	75.183	47.374
Outros passivos		<u>1.130</u>	<u>2.108</u>
Total do passivo circulante		<u>140.512</u>	<u>120.886</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	519.111	562.170
Debêntures	17	<u>193.088</u>	<u>185.539</u>
Total do passivo não circulante		<u>712.199</u>	<u>747.709</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19		
Reserva legal	19.a	1.508.073	1.508.073
Reserva de lucros retidos	19.b	12.816	6.961
Reserva de lucros retidos		40.495	40.495
Dividendos adicionais propostos	19.c	144.369	60.940
Prejuízos acumulados	19.e	<u>(227.771)</u>	<u>(127.208)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.477.982</u>	<u>1.489.261</u>
Total do passivo e do Patrimônio líquido		<u>2.330.693</u>	<u>2.357.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	20	146.526	86.117
Indisponibilidade de equipamentos		-	(8.455)
Perdas pelo valor de indenização		-	(23)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(16.109)</u>	<u>(15.543)</u>
Lucro bruto		<u>130.417</u>	<u>62.096</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	21	(2.571)	(2.857)
Serviços de terceiros		(4.165)	(4.940)
Depreciação	13	(63.567)	(40.327)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(3.620)
Outros		<u>3.696</u>	<u>(1.219)</u>
		<u>(66.607)</u>	<u>(52.963)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>63.810</u>	<u>9.133</u>
Receitas financeiras	22	23.801	350
Despesas financeiras	22	<u>(71.132)</u>	<u>(4.101)</u>
		<u>(47.331)</u>	<u>(3.751)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.479	5.382
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	<u>51</u>	<u>17.439</u>
Lucro líquido do exercício		<u>16.530</u>	<u>22.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	16.530	22.821
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>16.530</u></u>	<u><u>22.821</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	AFAC	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.275.879	2.684	40.495	-	94.756	(64.497)	1.349.317
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	137.438	-	137.438
Integralização de capital com AFAC	232.194	-	-	-	(232.194)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.821	22.821
Constituição de reserva legal	-	4.277	-	-	-	(4.277)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.314)	(20.314)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	60.940	-	(60.940)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	60.940	-	(127.208)	1.489.261
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.530	16.530
Constituição de reserva legal	-	5.855	-	-	-	(5.855)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(27.809)	(27.809)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	83.429	-	(83.429)	-
Saldos em 30 de setembro de 2017	1.508.073	12.816	40.495	144.369	-	(227.771)	1.477.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	16.479	5.382
Ajuste para:		
Depreciação	63.567	40.327
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos Juros de debêntures	59.388	61.477
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	1.890	(10.614)
Impostos a recuperar	(4.217)	3.003
Outros ativos	(1.055)	(4.382)
Fornecedores	(2.261)	(4.400)
Salários e encargos	(51)	-
Impostos e contribuições sociais	(954)	(9.365)
Outros passivos	(2.245)	(5.912)
Caixa proveniente das atividades operacionais	130.541	75.516
Pagamento de juros - empréstimos	(44.274)	(48.253)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	86.267	27.263
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	1.632	(41.764)
Imobilizado	(37.114)	(181.779)
Intangível	-	(15)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35.482)	(223.558)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - Empréstimos	(52.724)	(51.633)
Integralização de capital	-	137.438
Pagamento de Debêntures	-	180.000
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamento	(52.724)	265.805
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.939)	69.510
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	118.196	48.686
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	116.257	118.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorização” em R\$ 174.208 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 (R\$ 189.448 para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017), neste ciclo, conforme estabelecido pela Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL, foi realizada a revisão da RAP “revisão tarifária”, e seus percentuais de ajuste definidos através da Resolução Homologatória nº 2.257.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria em 9 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

7 Principais políticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.7 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.8 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.9.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.9.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.11 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) *Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

b. *IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 /CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) *Receita de operação e manutenção*

Corresponde a um percentual do faturamento da Receita Anual Permitida, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, que visam evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(ii) *Remuneração do ativo financeiro*

Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A remuneração do ativo financeiro também é parte da RAP.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(iii) Receita de construção

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A receita de construção também é parte da RAP e a margem adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

(iv) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

c. IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com as cláusulas contratuais (covenants).

(i) *Determinar se um contrato contém um arrendamento*

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) *Transição*

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

d. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos conta movimento	8.015	8.324
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	76.389	103.150
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	-	1.502
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	21	10
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	31.831	5.210
	116.256	118.196
	116.256	118.196

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Á vencer	15.030	17.747
Vencidos até 60 dias	128	200
Vencidos de 60 a 90 dias	3	53
Vencidos acima de 90 dias	948	-
	16.109	17.999
	16.109	17.999

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Títulos e valores mobiliários

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido	45.482	45.438
Contribuição social diferida	<u>15.325</u>	<u>15.318</u>
	<u><u>60.807</u></u>	<u><u>60.756</u></u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	44	13.042
Contribuição social diferido sobre base negativa	<u>7</u>	<u>4.397</u>
	<u><u>51</u></u>	<u><u>17.439</u></u>

13 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço										
Administração										
Máquinas e Equipamentos	67	2	(2)	-	-	67	-	(26)	41	54
Veículos	164	-	(164)	63	-	63	-	-	63	132
Subtotal	231	2	(166)	63	-	130	-	(26)	104	186
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	2.052.226	-	-	-	28.792	2.081.018	-	(101.727)	1.979.291	2.012.639
Edificações e obras civis	37.128	-	-	-	-	37.128	-	(2.145)	34.983	36.396
Terrenos	841	-	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	233	-	-	-	-	233	-	(23)	210	225
Subtotal	2.090.428	-	-	-	28.792	2.119.220	-	(103.895)	2.015.325	2.050.101
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	96	29.987	-	(1.226)	(28.792)	65	29.987	-	65	96
Edificações e obras civis	3.729	8.748	-	(2.740)	-	9.737	8.748	-	9.737	3.729
A Ratear	498	23.206	-	(23.206)	-	498	23.206	-	498	498
Desenvolvimento de Projetos	14	-	-	-	-	14	-	-	14	14
Adiantamentos a Fornecedores	14.517	5.515	(3.116)	(52)	-	16.864	2.399	-	16.864	14.517
Outros	73	203	-	(693)	-	(417)	203	-	(417)	73
Subtotal	18.927	67.659	(3.116)	(27.917)	(28.792)	26.761	64.543	-	26.761	18.927
Total do Ativo Imobilizado	2.109.586	67.661	(3.282)	(27.854)	-	2.146.111	64.543	(103.921)	2.042.190	2.069.214

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Vlor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Imobilizado em Serviço										
Administração										
Máquinas e Equipamentos	72	4	(1)	-	(8)	67	(3)	(13)	54	54
Veículos	164	-	-	-	-	164	-	(32)	132	114
Móveis e utensílios	71	-	-	-	(71)	-	-	-	-	65
Subtotal	307	4	(1)	-	(79)	231	(3)	(45)	186	233
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	2.052.226	2.052.226	-	(39.587)	2.012.639	-
Edificações e obras civis	-	-	-	-	37.128	37.128	-	(732)	36.396	-
Terrenos	-	-	-	-	841	841	-	-	841	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	233	233	-	(8)	225	-
Subtotal	-	-	-	-	2.090.428	2.090.428	-	(40.327)	2.050.101	-
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	902.923	17.999	(38.603)	1.170.003	(2.052.226)	96	56.602	-	96	902.923
Edificações e obras civis	799.065	122.255	(5.299)	(875.164)	(37.128)	3.729	127.554	-	3.729	799.065
Terrenos	500	-	-	-	(500)	-	-	-	-	500
A Ratear	167.277	124.159	(15.641)	(275.297)		498	139.800	-	498	167.277
Desenvolvimento de Projetos	9.748	994	(173)	(10.555)		14	1.167	-	14	9.748
Adiantamentos a Fornecedores	47.945	20.534	(44.473)	(9.489)		14.517	65.007	-	14.517	47.945
Outros	42	207	(183)	502	(495)	73	390	-	73	42
Subtotal	1.927.500	286.148	(104.372)	-	(2.090.349)	18.927	390.520	-	18.927	1.927.500
Total do Ativo Imobilizado	1.927.807	286.152	(104.373)	-	-	2.109.586	390.517	(40.372)	2.069.214	1.927.733

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		2.119.220	(103.895)	2.015.325	2.050.101
Custo Histórico	4%	2.119.220	(103.895)	2.015.325	2.050.101
Administração		130	(26)	104	186
Custo Histórico	10%	130	(26)	104	186
Total em serviço		2.119.350	(103.921)	2.015.429	2.050.287
Em Curso					
Transmissão		26.761	-	26.761	18.927
Custo Histórico		26.761	-	26.761	18.927
Total do imobilizado		2.146.111	(103.921)	2.042.190	2.069.214

Adições de Imobilizado em curso:

MR\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	29.987	-	-	-	-	29.987
A Ratear	19	1.202	609	21.257	119	23.206
Edificações e obras civis	-	8.748	-	-	-	8.748
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	5.515	5.515
Outros	-	-	-	-	203	203
Total das Adições	30.006	9.950	609	21.257	5.837	67.659

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

	Taxa anuais de depreciação (%)
Rede básica	
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,89%
Máquinas e equipamentos	6,29%
Móveis e utensílios	13,07%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	33,34%
Veículos	28,58%
Móveis e utensílios	12,50%
Intangível em serviço	
Rede básica	
Servidões	2,46%
Administração central	
Softwares	40,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	30.601	-	-	-	30.601	-	30.601	30.601
Subtotal	30.601	-	-	-	30.601	-	30.601	30.601
Administração								
Software	148	-	-	-	148	-	148	148
Subtotal	148	-	-	-	148	-	148	148
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	5.648	-	-	-	5.648	-	5.648	5.648
Subtotal	5.648	-	-	-	5.648	-	5.648	5.648
Total do Ativo Intangível	36.397	-	-	-	36.397	-	36.397	36.397

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	-	-	-	30.601	30.601	-	30.601	-
Subtotal	-	-	-	30.601	30.601	-	30.601	-
Administração								
Software	-	148	-	-	148	148	148	-
Subtotal	-	148	-	-	148	148	148	-
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	35.201	2.262	1.214	(30.601)	5.648	1.048	5.648	35.201
Subtotal	35.201	2.262	1.214	(30.601)	5.648	1.048	5.648	35.201
Total do Ativo Intangível	35.201	2.410	1.214	-	36.397	1.196	36.397	35.201

15 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Itumbiara transmissora de energia S.A.	-	771
China Epri Science & Technology CO.	2.255	3.859
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	-
Nari Group Coporation	949	949
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.823	2.823
Outros	1.113	1.049
	10.180	12.441

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

16 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2017
BNDES Subcrédito A	566.217	48.428	(42.692)	(45.711)	526.242
BNDES Subcrédito B	48.578	1.572	(1.582)	(7.013)	41.555
	614.795	50.000	(44.274)	(52.724)	567.797
	31/12/2015	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2016
BNDES Subcrédito A	603.142	54.106	(45.776)	(45.255)	566.217
BNDES Subcrédito B	55.601	1.832	(2.477)	(6.378)	48.578
	658.743	55.938	(48.253)	(51.633)	614.795

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	48.686	52.625
Passivo não circulante	<u>519.111</u>	<u>562.170</u>
	<u>567.797</u>	<u>614.795</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito ‘A’** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573.
- **Subcrédito ‘B’** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso.

Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.094	46.094	46.094	46.094	299.620	483.996
BNDES Subcrédito B	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>35.115</u>
	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>306.643</u>	<u>519.111</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
BNDES Subcrédito A	40.618	40.618	40.618	40.618	358.144	520.616
BNDES Subcrédito B	<u>5.936</u>	<u>5.936</u>	<u>5.936</u>	<u>5.936</u>	<u>17.810</u>	<u>41.554</u>
	<u>46.554</u>	<u>46.554</u>	<u>46.554</u>	<u>46.554</u>	<u>375.954</u>	<u>562.170</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2, uma vez que foram emitidas debêntures em maio de 2016, calculado a partir do *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (EBITDA) dividido pelo Serviço da Dívida. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Abertura do endividamento:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento					Total
	Curto Prazo	Juros LP	Total		Captação					Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
BNDES - SUBCRÉDITO A	42.248	483.994	526.242	SIM	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	197%	15/05/2029	42.248	42.248	42.248	399.498	526.242
BNDES - SUBCRÉDITO B	6.438	35.17	41555	SIM	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	JUROS	3,50%	15/05/2023	6.438	6.438	6.438	22.241	41555
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	48.686	519.111	567.797							48.686	48.686	48.686	421.739	567.797

Abertura dos ativos financeiros:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Cronograma de Amortização				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	2017	2018	2019	2020+	Total
9	Ativos Financeiros	1.971	114.285	47.123	163.379							
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	1.971	114.285	47.123	163.379							
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	8.015	-	8.015			8.015				8.015
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	1.971	106.270	-	108.241	CDI	98,00%	108.241				108.241
9.1.3	Aplicação Financeira Conta Reserva		-	47.123	47.123			47.123				47.123

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2017	2016
Dívida Bruta	-	(48.686)	(712.199)	(760.885)	(800.334)
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	(48.686)	(712.199)	(760.885)	(800.334)
Ativos Financeiros	1.971	114.285	-	116.256	166.951
Alta Liquidez	1.971	114.285	-	114.285	166.951
Dívida Líquida	1.971	65.599	(712.199)	(644.629)	(967.285)

17 Debêntures

	31/12/2016	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2017
Debêntures	185.539	(11.872)	19.421	193.088
	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
	31/12/2015	Captação	Juros Apropriados	31/12/2016
Debêntures	-	180.154	5.385	185.539
	<u>-</u>	<u>180.154</u>	<u>5.385</u>	<u>185.539</u>

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Juros LP	Total		Captação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	2017	2018	2019	2020+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
DEBÊNTURES	-	193.088	193.088	Sim	15/05/2016	compatilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/2029			19.309	173.779	193.088
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	193.088	193.088							-	-	19.309	173.779	193.088

18 Passivo contingente

Durante o exercício de 2015 a Companhia realizou adiantamentos que totalizaram R\$32.423 para a Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado à época. Não decorrer da construção da linha de transmissão, a Mavi não executou a integralidade dos trabalhos, conforme estabelecido no escopo do contrato firmado e, com a alegação de desequilíbrio econômico financeiro, abandonou a obra. Em decorrência deste abandono e, tendo em vista que as medições de serviços não foram aprovadas (uma vez que os serviços não foram finalizados), a Companhia não efetuou os pagamentos. No exercício de 2016, a Mavi instaurou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113.000, que seriam necessários para o reequilíbrio do contrato.

Após esse pedido pela Mavi, a Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, com o objetivo de verificar se o valor requerido pela Mavi era procedente, considerando o que já havia sido adiantado em comparação à construção realizada à época. Após esse estudo, a Companhia apurou que a Mavi deveria ressarcir a Companhia no valor total de R\$ 43.000.

Durante o exercício de 2017, as Partes apresentaram suas defesas e foi realizada apresentação do caso pelas Partes envolvidas à Câmara Arbitral. Não houve alteração significativa no andamento do processo.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117
COPEL Geração e Transmissão S.A.	<u>738.956</u>
	<u>1.508.073</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	117.093	85.531
Reserva Legal (5%)	5.855	4.277
Base de cálculo para dividendos	111.238	81.254
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	27.809	20.314
Dividendos adicionais propostos	83.429	60.940

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2017 para aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os acionistas aprovaram a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

d. AFAC

Durante o exercício de 2016 a Companhia recebeu adiantamentos para futura integralização do Capital conforme demonstrado abaixo:

Saldos em 31 dezembro de 2015	94.756
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 03 de fevereiro de 2016	11.238
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 05 de fevereiro de 2016	10.798
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 26 de fevereiro de 2016	11.319
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 29 de fevereiro de 2016	4.851
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 09 de março de 2016	21.625
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 28 de março de 2016	4.607
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 11 de abril de 2016	10.290
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 15 de abril de 2016	9.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 18 de abril de 2016	10.710
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 20 de abril de 2016	11.580
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 25 de abril de 2016	21.420
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	10.000
Integralização de capital com AFAC	<u>(232.194)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><u>-</u></u>

e. Prejuízos acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados acumulados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilização do sistema de transmissão	<u>168.400</u>	<u>97.047</u>
Receita operacional bruta	<u>168.400</u>	<u>97.047</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.482)	(887)
Reserva global de reversão - RGR	(1.875)	(646)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(639)	(151)
PIS	(2.855)	(1.648)
COFINS	<u>(15.023)</u>	<u>(7.598)</u>
Deduções da receita operacional	<u>(21.874)</u>	<u>(10.930)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>146.526</u></u>	<u><u>86.117</u></u>

21 Pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	823	893
Encargos sobre a folha de pagamento	529	673
13o salario	44	67
Férias	111	94
Gratificação	14	89
Despesas rescisórias	4	26
Benefícios a empregados	406	273
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	640	742
	(2.571)	(2.857)

22 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	15.510	9
Variações monetárias ativas	43	611
Outras receitas financeiras	9.010	173
Pis sobre receitas financeiras	(108)	(62)
Cofins sobre receitas financeiras	(654)	(380)
	23.801	350
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(84)	(20)
Juros e multas	(1.235)	(3.220)
Juros sobre empréstimo	(69.420)	-
Outras despesas financeiras	(393)	(861)
	(71.132)	(4.101)

23 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ATIVO	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	116.256	-	116.256	118.196	-	118.196
Contas a receber de clientes	16.109	-	16.109	17.999	-	17.999
Impostos a recuperar	5.534	-	5.534	1.317	-	1.317
Ativo financeiro	153.155	(153.155)	-	130.451	(130.451)	-
Outros ativos circulantes	6.277	-	6.277	5.222	-	5.222
Total do ativo circulante	297.331	(153.155)	144.176	273.185	(130.451)	142.734
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	47.123	-	47.123	48.755	-	48.755
Ativo financeiro indenizável	2.369.670	(2.369.670)	-	2.261.056	(2.261.056)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	60.807	60.807	-	60.756	60.756
Imobilizado líquido	26	2.042.164	2.042.190	107	2.069.107	2.069.214
Intangível	15	36.382	36.397	15	36.382	36.397
Total do ativo não circulante	2.416.834	(230.317)	2.186.517	2.309.933	(94.811)	2.215.122
TOTAL DO ATIVO	2.714.165	(383.472)	2.330.693	2.583.118	(225.262)	2.357.856
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	10.180	-	10.180	12.441	-	12.441
Empréstimos e financiamentos	48.686	-	48.686	52.625	-	52.625
Salários e encargos	345	-	345	396	-	396
Impostos e contribuições sociais	4.988	-	4.988	5.942	-	5.942
Dividendos propostos	75.183	-	75.183	47.374	-	47.374
Outros passivos circulantes	1.130	-	1.130	2.108	-	2.108
Total do passivo circulante	140.512	-	140.512	120.886	-	120.886
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	519.111	-	519.111	562.170	-	562.170
Debêntures	193.088	-	193.088	185.539	-	185.539
Impostos diferidos	155.701	(155.701)	-	98.054	(98.054)	-
Total do passivo não circulante	867.900	(155.701)	712.199	845.763	(98.054)	747.709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	12.816	-	12.816	6.961	-	6.961
Lucros retidos	40.495	-	40.495	40.495	-	40.495
Dividendos adicionais propostos	144.369	-	144.369	60.940	-	60.940
Prejuízos acumulados	-	(227.771)	(227.771)	-	(127.208)	(127.208)
Total do patrimônio líquido	1.705.753	(227.771)	1.477.982	1.616.469	(127.208)	1.489.261
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.714.165	(383.472)	2.330.693	2.583.118	(225.262)	2.357.856

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes ICPC 01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC 01	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de Operações com Transmissão de Energia	127.884	40.516	168.400	61.967	35.080	97.047
Receita de Construção	38.463	(38.463)	-	126.293	(126.293)	-
Remuneração dos ativos de concessão	220.739	(220.739)	-	208.559	(208.559)	-
Amortização do Ativo Financeiro	(127.884)	127.884	-	(61.967)	61.967	-
Receita de operação e manutenção	40.516	(40.516)	-	35.082	(35.082)	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
PIS	(2.855)	-	(2.855)	(1.649)	-	(1.649)
Cofins	(13.185)	-	(13.185)	(7.597)	-	(7.597)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.482)	-	(1.482)	(887)	-	(887)
Quota para reserva global de reversão (RGR)	(1.875)	-	(1.875)	(646)	-	(646)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(639)	-	(639)	(151)	-	(151)
Receita operacional líquida	277.844	(131.318)	146.526	359.004	(272.887)	86.117
Custo de Construção	(38.463)	38.463	-	(126.293)	126.293	-
Indisponibilidade de equipamentos	-	-	-	(8.455)	-	(8.455)
Perdas pelo valor de indenização	-	-	-	(23)	-	(23)
Despesas de operação e manutenção - O&M	(16.109)	-	(16.109)	(15.543)	-	(15.543)
LUCRO BRUTO	223.272	(92.855)	130.417	208.690	(146.594)	62.096
Despesas operacionais						
Pessoal	(2.571)	-	(2.571)	(2.857)	-	(2.857)
Serviços de terceiros	(4.165)	-	(4.165)	(4.940)	-	(4.940)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.620)	-	(3.620)
Depreciação	-	(63.567)	(63.567)	-	(40.327)	(40.327)
Outros	3.695	-	3.695	(1.219)	-	(1.219)
Total de despesas	(3.041)	(63.567)	(66.608)	(12.636)	(40.327)	(52.963)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	220.231	(156.422)	63.809	196.054	(186.921)	9.133
Receitas financeiras	23.801	-	23.801	8.478	(8.128)	350
Despesas financeiras	(71.132)	-	(71.132)	(74.940)	70.773	(4.167)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	172.901	(156.422)	16.479	129.592	(124.276)	5.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	(55.808)	55.859	51	(44.061)	61.566	17.505
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	117.093	(100.563)	16.530	85.531	(62.710)	22.821

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

23.1 Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

23.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

23.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

23.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

23.5 Receitas (despesas) financeiras

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de aplicação financeira e despesas financeiras de juros das debêntures decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

23.6 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

23.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido societário	1.705.753	1.616.469
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(220.739)	(208.559)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)-anos anteriores	(499.448)	(291.379)
Receitas de aplicações financeiras	-	(8.128)
Juros sobre empréstimo	-	61.322
Outras despesas financeiras	-	9.515
Resultado Financeiro (ICPC 01) - anos anteriores	166.414	103.705
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	55.857	61.500
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos de anos anteriores	184.676	123.176
Amortização do ativo financeiro de concessão	127.884	61.967
Amortização do ativo financeiro de concessão de anos anteriores	61.967	-
Depreciação regulatória	(63.567)	(40.327)
Depreciação regulatória de anos anteriores	(40.327)	-
Patrimônio líquido regulatório	1.478.470	1.489.261

23.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido conforme contabilidade societaria	117.093	85.531
Efeito dos ajustes entre contabilidade societaria versus regulatoria		
Atualizacao do ativo financeiro da concessao (ICPC 01)	(220.739)	(208.559)
Receita de O&M	490	(2)
Amortização do ativo financeiro	127.884	61.967
Receita de Aplicação financeira	-	(8.128)
Juros capitalizados	-	61.322
Outras despesas financeiras	-	9.451
Depreciação regulatória	(63.567)	(40.327)
Tributos sobre as diferenças de praticas contabeis	55.857	61.566
	17.018	22.821
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	17.018	22.821

24 Transações com partes relacionadas

24.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 1.176 (R\$ 636 em 31 de dezembro de 2016).

24.2 Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2017	31/12/2016
Passivo				
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M	-	771
State Grid Brasil Holding -Aluguel	Fornecedores	Aluguel	-	38
			-	809
			-	809
Resultado				
State Grid Brasil Holding-Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	413	303
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M	12.949	23.277
			13.362	23.580
			13.362	23.580

25 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

25.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	116.256	118.196
Títulos e valores mobiliários	47.123	48.755
Contas a receber	16.109	17.999
	<u>179.488</u>	<u>184.950</u>

- **Títulos e valores mobiliários** - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	108.241	109.872

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme a seguir:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	108.009	Queda da taxa CDI	7.291	5.467	3.651
Referência para ativos financeiros		Cenário provável		-25%	-50%
		6,75%		5,06%	3,38%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 6.75% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	567.797	Alta da taxa TJLP	47.354	59.221	71.031
Debêntures	193.088	Alta do IPCA	7.627	9.539	11.450

Referência para passivos financeiros:	Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	8,34%	10,43%	12,51%
IPCA (%)	3,95%	4,94%	5,93%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 8,34%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 3,95% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
- Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

25.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2017	12/04/2018	R\$ 20.000	100.10.00000615
Garantia de Performance /Fiel				
Cumprimento do contrato de Concessão	31/12/2017	31/03/2018	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Risco de Engenharia	01/10/2013	29/04/2018	R\$ 80.000	519.000139
Riscos Operacionais	12/02/2017	12/02/2018	R\$ 150.000	984000109
Responsabilidade Civil	28/01/2017	28/01/2018	R\$ 10.000	1005100017176